

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

**REFLEXÕES ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE EM UM TERREIRO DE
UMBANDA NA CIDADE DE BATURITÉ-CE**

José Henrique de Almeida Cavalcante

Redenção-CE

Julho de 2017

José Henrique de Almeida Cavalcante

**REFLEXÕES ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE EM UM TERREIRO DE
UMBANDA NA CIDADE DE BATURITÉ-CE**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vitor
Macêdo Pereira

Redenção-CE, Julho de 2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Sistema de Bibliotecas da UNILAB

Catálogo de Publicação na Fonte.

Cavalcante, José Henrique de Almeida.

C365r

Reflexões acerca da homossexualidade em um terreiro de umbanda na cidade de Baturité - CE / José Henrique de Almeida Cavalcante. - Redenção, 2017.

23f: il.

Projeto de Pesquisa - Curso de Humanidades Semestral, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira.

1. Homossexualidade. 2. Umbanda. 3. Corporeidade.
I. Pereira, Francisco Vitor Macedo. II. Título.

CE/UF/BSCL

CDD 306.766

JOSÉ HENRIQUE DE ALMEIDA CAVALCANTE

**REFLEXÕES ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE EM UM TERREIRO DE
UMBANDA NA CIDADE DE BATURITÉ/CE.**

Projeto de Pesquisa apresentado à
Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, como parte das
exigências para a obtenção do título
de Bacharel em Humanidades.

Projeto de Pesquisa aprovado em ___/___/___ Nota: _____

José Henrique de Almeida Cavalcante

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Vitor Macêdo Pereira (UNILAB)

Orientador

Profa. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda (UNILAB)

Examinadora

Prof. Esp. Jean Souza dos Anjos (UFC)

Examinador

Redenção-CE, Julho de 2017.

SUMÁRIO

1. Introdução - tema e problematização	05
2. Justificativa.....	15
3. Objetivos	19
3.1 Geral	
3.2 Específicos	
4. Metodologia da pesquisa	20
5. Cronograma	22
6. Referências	23

1. Introdução. Tema e problematização

O presente projeto visa conhecer a dinâmica da inserção de pessoas gays cotidiano das práticas da religião de Umbanda, especificamente na Casa de Umbanda São Jorge Guerreiro, localizada na cidade de Baturité, região do Maciço de Baturité, interior do estado do Ceará.

A escolha do tema deve-se à consciência pessoal de que diariamente a homossexualidade e os sujeitos identificados como homossexuais sofrem com múltiplos processos de exclusão, em diversos espaços da sociedade brasileira, entre eles os das práticas e cultos religiosos. Um dos motivos desencadeadores desses processos excludentes, notadamente no campo da religiosidade, pode ser encontrado em alguns valores e dogmas os quais atravessam as correntes e expressões majoritárias do pensamento religioso judaico-cristão, haja vista que os discursos e os embasamentos morais, obtidos da exegese predominante das *sagradas escrituras*, apresentam a homossexualidade como uma anormalidade, um vício ou um pecado nefando.

Em referência à narrativa bíblica de destruição da cidade de Sodoma (Cf. Gênesis, cap. 19, vers. 1-11), os homens homossexuais são ainda hoje vistos como depravados e imundos prevaricadores, praticantes do *vício espúrio* ou do *desvio antinatural de sodomia*¹ - que, segundo a interpretação literal e fundamentalista do texto bíblico, contamina os modos, os usos e os costumes de qualquer tempo ou lugar. Essa concepção fundamentalista serve como base do pensamento heterossexista - sobremodo nas sociedades colonizadas -, por meio da lógica patriarcal de cristianização da concepção familiar e das relações com os corpos. Nos processos de inquisição da igreja católica, vigentes no Brasil até o começo do século XIX, a sodomia, vista como uma conduta

¹ A Igreja apropriou-se do discurso bíblico para sustentar a ideia de sodomia como pecado que age contra a natureza. Tendo em vista que a normatização das práticas sexuais estava ligada à procriação, a sodomia passa a ser vista pelo discurso religioso como abominável pecado. Ou seja, o modelo heteronormativo sustentado ainda hoje por parte da moralidade e da ciência burguesas, era visto como forma correta de sexualidade, pois estava ligado à procriação, em atendimento aos interesses do capitalismo moderno. Nessa perspectiva, a homossexualidade é invariavelmente vista como anormalidade, haja vista que se opõe ao padrão normativo estabelecido, tanto pela ciência, quanto pelo direito e pela moral burgueses dos séculos XVIII, XIX. Ainda hoje, embora se alegue que a homossexualidade não seja mais vista como crime ou patologia, a ideia negativa que se mantém a seu respeito auxilia para que os discursos fundamentalistas sigam legitimando a exclusão de corpos anatemizados na sociedade.

abominável, era motivo suficiente para que se infligisse a execução dos seus praticantes. Vale ressaltar que o cristianismo apresenta no seu maior modelo de sagrado um ser soberano do sexo masculino: como perfeita representação da heterossexualidade e do patriarcalismo, impostos pelos processos de colonização e de dominação ocidental dos povos. Trata-se de algo que, conseqüentemente, tem contribuído até os dias atuais para a ideia do padrão de heteronormatividade, inserida na vivência sexual e afetiva dos sujeitos como um processo de imposição e de subjugação dos corpos - e dos desejos - perante as exigências de (re)produção do capitalismo.

No que diz respeito ao conceito de heteronormatividade, em seu artigo *Homofobia e Educação*: quando a omissão também é signo de vida, Dinis (2011) apresenta a heteronormatividade como: “(...) conceito criado pelo pesquisador americano Michael Warner (1993) para descrever a norma que toma a sexualidade heterossexual como norma universal e os discursos que descrevem a situação homossexual como desviante” (DINIS, 2011, p. 42).

Essa ordem de discursos da moral burguesa e patriarcal ressalta a representação da homossexualidade como uma aberração, algo fora do comum, a ser submetido às disciplinas, às penalidades e intervenções corretivas e condenatórias, exercidas e autorizadas pelo ensinamento cristão e pela moral vitoriana - notadamente no que diz respeito aos comportamentos dos corpos, à sua segregação e à sexualidade dos sujeitos.

Nesse âmbito, enquadram-se todas as prédicas cristãs referentes à condenação espiritual do(a)s homossexuais ao suplício eterno². Ou seja, as pessoas que não seguem nem reproduzem os padrões da heterossexualidade têm sido historicamente ameaçadas e violentadas, em diversos sentidos, pelos discursos e práticas de ódio implantados, há séculos, pela moral e religiosidade

² Ideia ensinada e reproduzida no Brasil desde o processo colonial de catequização e, atualmente, de modo mais intenso e fanatizado, repassada pelos cultos protestantes e (neo)pentecostais - segundo a qual a vida eterna é o resultado das boas ações e ensinamentos, seguidos conforme o que é bíblicamente prescrito aos cristãos. Aqueles/aquelas que saírem da linha dos preceitos bíblicos e dos comportamentos ensinados pela igreja são condenados/as ao inferno, lugar espiritual de sofrimento eterno. Ou seja, os adeptos das religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras estão automaticamente condenados por não expressarem a mesma forma de pensar e igualmente por não seguirem os modelos de sagrado e de ensinamento propostos pelo cristianismo.

majoritárias, resultantes na estigmatização, na ruína psicológica e na invariável exclusão social desses sujeitos, prejudicando a sua visibilidade como indivíduos aceitáveis, moralmente confiáveis e dignos do pleno convívio em sociedade.

Diante disso, como a maioria de seus/suas seguidore(a)s são marginalizados e diferenciados pela raça, pela condição social, pelo gênero e pela sexualidade, as religiões de matriz africana e afro-brasileira são invariavelmente vistas, pela maioria dos grupos sociais, e conforme os crivos de uma mentalidade cristã e pequeno-burguesa, com reprovação e constrangimento. Na própria expressão de sua constituição histórica, essas religiões se constituem - ainda hoje - como espaços de resistência e luta contra diversos tipos de opressões sociais racistas, sexistas e colonialistas, contrárias aos modos e aos comportamentos de vida de seus seguidores: marginalizados socialmente em inúmeros e interseccionais aspectos (de raça, gênero e classe social).

Nesse sentido, o(a)s adepto(a)s homossexuais dos terreiros de umbanda, e das demais religiões não pertencentes à matriz judaico-cristã, são rotulados e instigados ao pertencimento de um mundo profano, marginal, moralmente vil, anti-higiênico, doentio e periférico, em diametral desconformidade com o que foi criado e ensinado pelo processo ocidental e majoritário de cristianização dos povos. Trata-se de uma maciça condição de subordinação e de subalternidade social, que tem historicamente impedido o(a)s umbandistas - principalmente o(a)s homossexuais - de se insurgirem socialmente contra tais rotulações degradantes de sua humanidade, de sua autodeterminação e de sua liberdade.

De fato, o cristianismo foi imposto como modelo absoluto de pensamento acerca das ideias do sagrado, no sentido de que fosse a única e verdadeira forma de religiosidade - por isso é colonialmente dominante, até os dias atuais, em quase todos os segmentos da sociedade brasileira. Disso se segue que os ensinamentos e os modos advindos do processo de cristianização permaneçam enraizados em praticamente todas as nossas tradições e visões de mundo - uma vez que ainda nos encontramos indefinidamente presos às atualizações do colonialismo, em um ambiente de

capitalismo periférico: donde seguem sendo imantados e fomentados os processos de subalternização moral e subjetiva de todos os que não estejam conformes às imposições dos modos e dos comportamentos de uma vida pequeno-burguesa.

Nesse mesmo sentido, a lógica do sistema capitalista nas relações de gênero segue assumindo a apropriação dos corpos femininos e masculinos como ferramentas resultantes da acumulação do capital. No atual processo de globalização, resultante histórico da industrialização, encontramos, portanto, a reafirmação do modelo monogâmico, nuclear e heteronormativo de família. Originárias da igreja católica, essas discriminações - de ordem moral - da sexualidade e dos corpos seguem em direção às outras instituições da vida moderna e continuam sendo difundidas também pelas mais diversas denominações religiosas cristãs - as quais se mostram ainda mais reacionárias e conservadoras do que o catolicismo, quanto aos ensinamentos reproduzidos a propósito das convenções heteronormativas do casamento, da subalternidade feminina, do arranjo familiar e da condenação dos ditos *desvíos sexuais*.

Trata-se de uma postura que, de muitas formas, incentiva os adeptos dessas diversas denominações cristãs às práticas de rejeição e de exclusão da homossexualidade e, por conseguinte, do(a)s homossexuais, assim como de quase tudo o que diz respeito aos valores, às práticas e aos rituais sagrados e de culto das religiões de matrizes africana e afro-brasileira. A isso equivale dizer que, em seus discursos a respeito do controle dos corpos e das sexualidades, as igrejas cristãs continuam se apropriando de dualismos de aceitação e rejeição dos corpos e das subjetividades. Nesse sentido, o discurso que incita a prática de abjeção dos corpos desviantes é encontrado no processo de regulamentação e controle do próprio processo civilizatório colonial. Ao pensar o termo abjeção, Moskolci (2015) diz que:

“Esse termo, *abjeção*, se refere ao espaço a que a coletividade costuma relegar aqueles e aquelas que considera uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política. (...) A abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade (MOSKOLCI, 2015, p.24, grifos do autor)

Por meio dos discursos de ódio e de exceção transmitidos, por exemplo, nos cultos e nos programas televisivos neopentecostais, a homossexualidade e as práticas ritualísticas da Umbanda são apresentadas como criações opostas e abjetas ao que se considera, de maneira etnocêntrica e privilegiada, como o sagrado cristão e, por não pertencerem às convenções desse sagrado, cujos interesses medeiam modos de vida pequeno-burgueses e utilitaristas, devem ser combatidas e mesmo exterminadas.

Tais veiculações de ódio e abjeção estão diretamente ligadas ao senso comum e à interpretação literal enviesada dos *textos sagrados*. De fato, uma exegese literal e restritiva, que foge da compreensão histórica, torna possível a naturalização do ódio na sociedade contra o(a)s não-cristã(o)s e notadamente contra o(a)s homossexuais. Em outras palavras, a ausência de uma leitura histórico-crítica da bíblia contribui para o acirramento do ódio de bases fundamentalistas, tal como se observa na associação comum do episódio da destruição da cidade de Sodoma com a sua suposta depravação homossexual (Cf. HELMINIAK, 1988, p.27). Dessa forma, compreender o passado histórico descrito na bíblia, conforme o contexto sociocultural atinente à realidade de suas narrativas, possibilitaria uma melhor compreensão acerca do enviesamento a que ora está submetida a compreensão da homossexualidade pelo fundamentalismo cristão.

Do que disso se segue, a homossexualidade e as religiões de matrizes africana e afro-brasileira enfrentam duros processos de rejeição e de exclusão no cotidiano, pelo fato de os poderosos setores religiosos - ligados às igrejas cristãs, aos grandes grupos econômicos e midiáticos e ao patriarcado dominante em nossa sociedade - não as aceitarem, tampouco respeitarem os sujeitos que estão inseridos em seus espaços *desviantes* de religiosidade e corporeidade. Por esse motivo, o(a)s homossexuais, membros dos terreiros de Umbanda, sofrem diariamente repressões e violações de seus direitos, advindas de atitudes e mentalidades de exceção e de ódio, as quais, por sua vez, derivam da intolerância religiosa, do sexismo, do elitismo pequeno-burguês e do racismo - presentes hegemonicamente na formação da sociedade brasileira.

O que talvez seja mais preocupante, no bojo dessas veiculações que perpetuam injustiças, ódios, violências e desigualdades em diversos níveis, é o fato de que as posições de preconceito, discriminação e racismo religioso e de gênero - relativas à homossexualidade e aos cultos de matrizes africana e afro-brasileira - carregam consigo subjetividades absolutamente transtornadas, forjadas em renegar a ascendência e a própria presença ontológica e cultural de seus mesmos marcadores subjetivos, étnicos, corporais e sexuais - impostando-se como caricaturas horrendas de modelos ocidentais brancos, elitistas e falocêntricos, fatores de sua própria inferiorização e desumanização, negadores de sua própria humanidade.

Para estes agentes ou reprodutores de sua própria destruição antropológica, os que têm a coragem de resistir e ousam buscar maior autenticidade em seus modos e comportamentos de vida marginalizados, muitas vezes ao preço da própria vida, devem ser a todo custo invisibilizados, senão eliminados do convívio social. A despeito disso, as expressões menores, de religiosidades e sexualidades marginalizadas pelo sufrágio da história dominante, lutam diariamente em seus pequenos e acidentados devires, em suas periferias e terreiros, em busca de autoafirmação e de maior equidade em seus espaços de convivência - como pessoas iguais diante das suas diferenças, que postulam gozar dos seus direitos e exercer os seus deveres como cidadãos e cidadãs que resistem.

Ao estudar a história da formação da identidade brasileira e também da Umbanda, Assunção (2010) nos permite perceber a imantação colonial dos grupos dominantes sobre a percepção enviesada que os subalternizados passam historicamente a ter de si mesmos - como povo ocasionalmente mestiço, a propósito dos inventários apaziguados de sua raça e de sua cultura:

(...) a partir da década de 1920, os estudos realizados no Brasil apontam para a perspectiva da existência de uma "identidade brasileira", formada pela interpretação de traços culturais heterogêneos, originários dos índios, brancos e negros. Este, contudo, é o pressuposto conceitual que autoriza o prosseguimento do processo colonial de dominação em pleno século XX (ASSUNÇÃO, 2010, p.22, grifos do autor).

Ou seja, a despeito da evidente intersecção dos diversos elementos étnico-culturais - africanos, ameríndios e europeus -, formadores do povo

brasileiro e também da religião de Umbanda, a mesma não pode ser compreendida senão como resultado histórico de resistência, luta e afirmação ancestral de seus marginalizados povos de terreiro, por conseguinte jamais vista como a conjunção feliz de nossa *mestiçagem étnico-cultural*.

A religião que é vista por alguns como genuinamente brasileira, em razão dos processos hibridizados e multirreferenciais de sua formação em nossa encruzilhada cultural, resulta historicamente, por último, da resistência corporal de seus adeptos - diante do complexo de imposições morais e religiosas elitistas que a condenaram desde o início de seus processos de afirmação e consolidação.

Vale ressaltar que as corporeidades e os rituais do(a)s sujeita(o)s umbandistas têm, desde sempre, agido frontalmente no caminho de resistência contra os diversos processos de resignificação massiva das condutas impostas pelo colonialismo, segundo as quais se pretende seguir internalizando subjetivamente - na ordem da normalidade e das instituições - todas as repaginadas ideias de opressão e subserviência, instauradas também nos espaços periféricos e marginais dos terreiros, como marcas de aceitação e compadecimento inferiorizado dos corpos negros, desviantes e homossexuais.

Marcados física e simbolicamente como espaços destinados a *depravados e ignorantes*, os terreiros e os seus corpos marginais resistem cotidianamente em devires e em fugas periféricas, por compreensões, rituais e práticas que estimulam, de forma cada vez mais consciente, o enfrentamento do racismo e do ódio das classes, dos grupos e das religiões hegemônicas. De tal maneira, o(a)s umbandistas podem melhor compreender as corporeidades as quais lhes atravessam e relacionam ontologicamente às marcas e aos estigmas os quais carregam em suas próprias histórias de trajetórias negras, minoritárias e periféricas. Nesse sentido, a respeito da marcação corporal do(a)s umbandistas, Lopes (2015) nos diz que:

A marcação pode ser simbólica ou física (...). O que importa é que ela terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material. Ela poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade; que seja incluído em ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir de direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar

determinados postos; que tenha deveres ou privilégios; que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeito (LOPES, 2015, p. 86).

Diga-se que, historicamente, a Umbanda surge, no começo do século XX, em meio ao aumento significativo do contingente populacional urbano de ex-escravizado(a)s, precisamente durante o processo de industrialização e ocupação dos espaços periféricos das grandes cidades do sudeste brasileiro. Os terreiros ou as casas de Umbanda geralmente estão, ainda hoje, localizados nas áreas periféricas das grandes e médias cidades e têm, como característica ritual comum, o culto às entidades reverenciadas pelo sincretismo religioso afro-brasileiro - envolvendo tranSES mediúnicos, consultas espirituais e oferendas a entidades como preto(a)s velho(a)s, caboclo(a)s, cigano(a)s, marinheiros... justamente por parte daquele(a)s que sempre pertenceram às camadas mais humildes e populares da sociedade.

Com as transformações sociais ocorridas mediante os processos de urbanização e industrialização, levando-se em conta ainda o contingente expressivo de ex-escravizados nas periferias das cidades, vão surgindo igualmente novas formas de se ver e de se pensar a sociedade brasileira do começo do século XX, notadamente em seus reformados processos de separação, desigualdade e hierarquização de classes.

Por certo que o Brasil deixa de ser um país rural apenas a partir da segunda metade do século XX, permanecendo a sua elite, até então, entre os proprietários de terra e produtores rurais. No entanto, o incipiente desenvolvimento urbano permite a formação de pequenas elites locais: de assalariados do serviço público, de profissionais liberais e de pequenos donos de comércios, aos quais os sujeitos ex-escravizados ofereciam o seu trabalho em condições de muita precariedade e humilhação, resultantes da inevitável marginalização dos trabalhadores recém-libertos.

Diante dessa configuração histórica de opressão e marginalização das classes populares e dos trabalhadores da periferia, cuja maioria é de descendentes de ex-escravizados, e ao contrário do que comumente se pensa a respeito da *índole* e das *inclinações viciosas* dos frequentadores de terreiros

e casas de Umbanda, HOLANDA (2013), em sua pesquisa a respeito da análise e compreensão social de pessoas umbandistas, estigmatizadas em convívio com o HIV/Aids, nos faz ver que a maioria de seus frequentadores e adeptos é de marginalizados da sociedade - os quais se solidarizam em redes de apoio, assistência e resistência, tecidas no seio dos terreiros e das casas da religião de Umbanda:

A Umbanda é historicamente uma religião discriminada e que acolhe diversos públicos estigmatizados - como pobres, negros, prostitutas, homossexuais, portadores de diversas doenças entre outros. Todos esse(a)s seriam lideranças estigmatizadas fora da religião de Umbanda, mas são respeitad(o)as dentro dela. Malgrado as perseguições sofridas pela religião, ela permanece viva, justamente por (re)inventar velhas e novas práticas culturais e de resistência no desafio pela sobrevivência de seus seguidores (HOLANDA, 2013, p.24).

Portanto, é também pelo enfrentamento do desafio social à sobrevivência e à autoafirmação que o(a)s adepto(a)s homossexuais da Umbanda buscam, no seu cotidiano religioso, a sua visibilidade e aceitação como sujeitos digno(a)s e respeitáveis; ele(a)s têm na Umbanda um espaço de acolhimento, fortalecimento e liberdade; encontram nos terreiros e nas casas o apoio e a proteção os quais a sociedade sistematicamente lhes nega - haja vista não se enquadrarem nos padrões e nos estereótipos racistas, classistas e sexistas dos modos de uma vida pequeno-burguesa (voltada para a manutenção da família heteronormativa tradicional e dos padrões elitistas e utilitaristas da supremacia branca).

Diante de tudo isso que se evidencia, o nosso projeto tem a intenção de buscar compreender, por meio do(a)s sujeito(a)s homossexuais pesquisado(a)s na Casa de Umbanda São Jorge Guerreiro, na cidade de Baturité/CE, como a homossexualidade do(a)s umbandistas é vista dentro e fora do terreiro, e como se dá a relação dos pais e das mães de santos com o(a)s seus/suas filho(a)s - no que toca a sua homossexualidade e a iniciação nas hierarquias de rituais e celebrações umbandistas.

Partimos da hipótese de que a aceitação, o engajamento e a visibilidade de sujeito(a)s homossexuais no contexto das práticas de Umbanda contribuem para a desconstrução dos estereótipos sociais a respeito do(a)s homossexuais

- como sujeitos *estranhos, anormais, pecadores, pervertidos, doentios, desviados* etc. Assumimos como pressuposto o fato de que as práticas da religião de Umbanda são historicamente mais inclusivas do que as do cristianismo tradicional, na perspectiva da maior aceitação e do acolhimento dos diversos segmentos marginalizados da sociedade.

Acreditamos que a pesquisa, de algum modo, contribuirá no sentido de aumentar - ao menos no âmbito local - a capacidade de reflexão e de autocompreensão, de umbandistas e não umbandistas, acerca de novas formas de se pensar e de se vivenciar as diferenças de gênero e de religiosidade no âmbito do próprio contexto social. A aposta dos resultados, como objetivo a ser alcançado, se dá no reconhecimento e na valorização da diversidade religiosa, de gênero e étnico-racial, para a promoção de relações mais humanizadas no âmbito das políticas locais, das relações inter-religiosas e comunitárias, bem como da educação.

2. Justificativa

Esta pesquisa torna-se importante para compreender a trajetória de sujeito(a)s que diariamente são reprimido(a)s por suas formas de pensar, de ser e de se apresentar na sociedade, sendo discriminado(a)s por padrões de sexualidade e de moralidade convencionados conforme o racismo de direitos, de crenças e de disposições corporais. Esse(a)s a quem se volta a nossa pesquisa são, por isso, alvos da intolerância religiosa, dos preconceitos de raça e de gênero. No entanto, embora estejam em lugares periféricos, esquecido(a)s e rejeitado(a)s pelas políticas públicas, esse(a)s umbandistas estão diariamente pautando as suas vidas por lutas e resistências, no enfrentamento de todas as formas de exclusões de que têm sido alvos históricos na sociedade brasileira.

Diante disso, compreender, por intermédio do próprio olhar do(a)s pesquisado(a)s, a importância da inclusão na religião de Umbanda - como meio de autoafirmação e valorização de seus corpos, crenças e sexualidades, diante de todos os dispositivos sexistas, racistas e classistas de exclusão social - irá melhor nos proporcionar a percepção de que todas as pessoas devem viver com dignidade e que, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou crença religiosa, todo(a)s são iguais na sua diversidade e na busca por melhores condições de vida.

Contudo, devemos ter o cuidado de não imaginarmos a homossexualidade como generalização das disposições e das corporeidades do(a)s adepto(a)s e participantes dos terreiros e casas de Umbanda. Esse cuidado conduz-nos, inclusive, à superação compreensiva da existência, para além dos dualismos - em suas sutilezas e complexidades -, dos trânsitos de corpos femininos e masculinos em representações performáticas de gênero, inerentes às celebrações e cerimônias rituais de Umbanda. Essa perspectiva contribui igualmente para a desconfiguração dos enquadramentos usuais e funcionais *das masculinidades e das feminilidades*, conforme as suas representações de prestígio e hegemonia heteronormativa na sociedade.

Nesse sentido, em seu ensaio, ANJOS (2015) relata a desconstrução de seu preconceito no que diz respeito aos papéis de gênero na Umbanda, ao perceber a transitoriedade do *feminino* e do *masculino* nos corpos rituais,

sendo um desses o do próprio Babalorixá Valdo, na festa de Dona Pombagira, no Terreiro *Cabana do Preto Velho da Mata Escura*, situado no bairro do Bom Jardim, zona periférica da cidade de Fortaleza-CE: “Na festa de Dona Pombagira, no Terreiro de Pai Valdo, homens se vestem como mulheres para especificamente incorporarem as suas Pombagiras. A festa é rica e os homens usam vestidos com muito brilho, charme e exuberância” (ANJOS, 2015, p. 03).

Essa pesquisa etnográfica do autor torna-se interessante para a compreensão das transgressões rituais dos papéis de gênero, especificamente nos ritos de Umbanda, os quais - não necessariamente - têm a ver com qualquer tipo de orientação sexual, tendo em vista que há, entre esses homens que incorporam Pombagiras, conforme relatado, tanto homossexuais, quanto hétero e bissexuais. Nesse sentido, a incorporação dependerá da construção da cabeça de cada membro, no que diz respeito ao preceito ritualista e religioso do terreiro, independente da orientação sexual do sujeito - e aquém a quaisquer padrões normativos de sexualidade vigentes socialmente.

Sob esse aspecto, de superação de qualquer presunção compatível entre ordem normativa sexual e performance do(a)s sujeito(a)s, Louro (2015) nos faz perceber alguns evidentes equívocos:

(...) é um engano, contudo, supor que o modo como pensamos o corpo e a forma como, a partir de sua materialidade, “deduzimos” identidades de gênero e sexuais seja generalizável para qualquer cultura, para qualquer tempo e lugar (LOURO, 2015, p.78, grifos da autora).

De fato, as identidades sociais de gênero, na maioria das vezes, são imantadas e reproduzidas por comportamentos recessivos e exteriores do(a)s sujeito(a)s, bem como pela construção consuetudinária dos seus corpos, expressada em marcadores culturais de diferenças e atribuições de papéis.

Nesse sentido, devemos estar atento(a)s para não sermos, de certo modo, igualmente vítimas das generalizações concebidas por meio das imposições sociais de gênero. Do que disso se segue, a pesquisa também contribuirá para uma melhor compreensão quanto às complexidades sociais dos papéis de gênero, inseridos e institucionalizados na sociedade capitalista, e subvertidos em práticas e lugares marginais como os da religião de Umbanda.

Dessa gira, compreende-se que a lógica dual das identidades de gênero e dos papéis socialmente designados a corpos de homens e de mulheres não corresponde com os pensamentos e as tradições dos terreiros, uma vez que o que está sendo pautado ali é a incorporação de entidades em corpos que tresmalham as construções sociais e desafiam os adestramentos do domínio social, escapando-se dos simbolismos culturalmente construídos na sociedade brasileira - sobre imposições coloniais de gênero, moral e sexualidade.

Compreender as ressignificações dos papéis de gênero representados no terreiro, sobretudo do(a)s participantes que afirmam a sua identidade homossexual e as suas corporeidades, parece-nos de fundamental importância para a compreensão de como as suas subjetividades atuam no exercício crítico de resistências contra-hegemônicas, dentro e fora do terreiro; uma vez que, estes corpos gays - assim como todos os corpos subversivos - carregam consigo as marcas em decalque derrisório de suas subjetividades: sejam elas nas suas atuações em recidiva às impositões da sociedade, sejam elas na agência de sua subversão consciente a atavismos, abusos e violências históricas.

Independentemente das identidades e das relações de gênero fora do campo ritualístico dos terreiros, podemos presenciar ali homens - igualmente de orientação heterossexual - incorporando harmoniosamente os seus Exus femininos, mais conhecidos como *Dona Pombagira*. Dessa maneira, torna-se possível compreender todo um processo ritual de subversão - presente em corpos masculinos, socialmente construídos, e que se tornam capazes de carregar consigo idealizações de uma masculinidade em consonância com as performances rituais femininas de diversas entidades de terreiro.

A subversão dos rituais de transe umbandista aos papéis de gênero consagrados na sociedade brasileira - e nas demais sociedades colonizadas pelo domínio branco, masculino e eurocêntrico - é vista como uma ameaça às instâncias morais e axiológicas dominantes, pois deslegitima todo um processo de imposições herdadas da colonização na atual conjunção do capitalismo periférico. Ao arrepio disso, acreditamos que o ritual de *Dona Pombagira*, em exortação à subversão feminina de todos os corpos, representa uma complexidade de críticas e resistências tenazes aos sistemas que reduzem a mulher, em nossa sociedade, a um anteparo do macho, mantendo-a

dependente do mesmo. Na *Festa de Dona Pombagira*, enfim, todas e todos têm de se dobrar à sua efusividade e poder feminil.

Retomando o ensaio de dos Anjos (2015), em sua etnografia, *Dona Pombagira* é representada como a detentora total do poder e do controle da festa, uma inversão completa dos papéis de domesticação da mulher:

A festa chega ao seu ápice exatamente à meia noite, hora grande, hora da passagem de um dia para o outro, o grande portal do tempo e começo de tudo. Tudo se renova e Dona Pombagira está no comando da festa de agora em diante. Todos e todas se curvam diante da poderosa entidade que está em terra (ANJOS, 2015, p.08).

Do que de tudo isso se infere, compreender o terreiro e o seu campo ritual como um espaço de integração, ressignificação e aceitação das diferenças de gênero e corporeidades será de fundamental importância para a pesquisa, no sentido de desconstrução de discursos, dispositivos e práticas que ainda levam o(a)s seus/suas participantes às sistemáticas exclusões sociais – historicamente motivadas por racismos, homofobia, misoginia e preconceitos diversos de classe.

Igualmente nesse sentido, o trabalho permitirá a compreensão do terreiro de Umbanda como um espaço para todas e todos, onde igualmente gays e não-gays exercem as suas funções comunitárias e de culto. A pesquisa, após publicados os seus resultados, poderá, enfim, auxiliar a futuras/os pesquisadoras/es, que seguirão a mesma linha de investigação proposta a partir de suas próprias inquietações.

3. Objetivos

3.1. Geral

- ✓ Compreender a trajetória e a inserção do(a)s participantes homossexuais na Casa de Umbanda São Jorge Guerreiro, na cidade de Baturité, Ceará - vista como espaço de inclusão da diversidade sexual e de aceitação da autodeterminação dos sujeitos.

3.2. Específicos

- Identificar no cotidiano comunitário e ritualístico do terreiro as funções e as atribuições exercidas pelo(a)s participantes homossexuais;
- Descrever na configuração das dependências e das dinâmicas internas e externas do terreiro, bem como nas suas delimitações, as hierarquias e as práticas exercidas como formas de socialização, acolhida e afirmação do(a)s participantes gays e não-gays;
- Analisar o processo de aceitação e de inclusão da diversidade sexual na percepção geral da comunidade - como adepto(a)s e participantes da casa de Umbanda;
- Analisar as histórias de vida do(a)s participantes como itinerário em contraste e em resistência às imposições sociais externas de preconceitos e exclusões.

4. Metodologia da pesquisa

A pesquisa qualitativa surge a partir da necessidade de uma melhor compreensão dos espaços de interação, sobretudo para o entendimento de como as relações entre os sujeitos, as suas afetividades, interesses, encontros e desencontros são dispostos em esferas de convivência, atuação e produção social. Ou seja, a abordagem da pesquisa qualitativa pode ser compreendida a partir da necessidade de se analisar as subjetividades em seus singulares contextos sociais, escapando-se de dados completamente quantificáveis, os quais poderiam tornar os objetos e a realidade pesquisados em resultados ou dados absolutos e irreferenciados. Portanto, percebe-se a partir da pesquisa qualitativa a necessidade de se expandir a compreensão dos sujeitos, no seu próprio tempo-espaço, concernentemente à constituição histórico-cultural de suas próprias subjetividades - compreendidas na trama significativa, representativa, identitária e cognitiva deles mesmos em sua própria história.

Em seu livro, *A Arte da Pesquisa*, Goldenberg (2004) justifica a necessidade da pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais - como meio de abordagem das especificidades deste campo. Fugindo de uma estruturação metodológica quantitativa de fazer ciência, antes utilizada nos trabalhos acadêmicos,

(...) os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis, que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria e qualitativa (GOLDENBERG, 2004, p. 17).

A partir dessa compreensão, a pesquisa consistirá em um estudo qualitativo e exploratório, em demanda da melhor compreensão acerca da realidade social do objeto a ser estudado. A aproximação com o terreiro e a inserção em alguns aspectos de seu cotidiano serão necessárias, assim como o diálogo intermitente com o(a)s participantes - membros e visitantes -, no propósito de que se realize uma exploração do campo a respeito dos pensamentos e dos sentimentos do(a)s sujeitos envolvido(a)s: sobre os seus

modos e comportamentos de vida, na circunscrição do espaço e do tema a ser pesquisado. Segundo Lakatos (2010): “Por meio do método qualitativo, o investigador entra em contato direto e prolongado com os indivíduos ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo investigada, permitindo um contato de perto com os informantes” (LAKATOS, 2010, p. 272).

A etnografia, como método de aproximação, abordagem e descrição antropológica, possibilitará uma melhor e mais ampla compreensão acerca das questões que envolvem a diversidade sexual e as representações de gênero - cotidianas e ritualísticas - no terreiro, dispostas conforme a sua organização, hierarquia e dinâmica próprias. “Tradicionalmente usado pelos antropólogos, o método etnográfico é uma modalidade de investigação naturalista, tendo como base a observação e a descrição” (LAKATOS, 2010, p.273).

Com o auxílio das entrevistas gravadas e das transcrições realizadas, os diários de campo, juntamente às análises bibliográficas pertinentes, serão fonte indispensável para a realização da pesquisa, pois permitirão que, posteriormente, sejam revisadas as observações e as reflexões extraídas das anotações feitas durante as idas ao campo.

5. Cronograma

PLANO DE ATIVIDADES	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
Levantamento Bibliográfico								
Levantamento de autores que trabalham com o tema								
Apresentação dados iniciais								
Pesquisa de campo (entrevistas, questionário)								
Transcrição das entrevistas								
Apresentação dados campo								
Diálogo entre os textos e contextos (campo)								
Entrega inicial do trabalho								
Revisão do trabalho								
Apresentação do TCC								

6. Referências

ANJOS, J. S. **Corpos masculinos na Festa de Dona Pombagira**. In: V Reunião Equatorial de Antropologia, 2015, Maceió-AL. Caderno de Programação do V REA XIV ABANNE. Maceió: EDUFAL, 2015.

ASSUNÇÃO, L.C. de. **Reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina**. Rio de Janeiro: Pallas, 2010. 285 p.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. In: **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan/abr.2011. Editora UFPR.

GOLDENBERG, MIRIAN. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record. 2004.

HELMINIAK, D. A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade**. Trad. Eduardo T. Nunes. São Paulo: summus, 1998.

HOLANDA, V.M.S. **Obaluaiê: um estudo sobre o estigma no convívio com o HIV/Aids em terreiros de Umbanda na cidade de Fortaleza-Ceará**. 2013, 174. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5ª ed, 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. 303 p.

LOPES, Guacira L. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MISKOLCI, R. Teoria Queer: **Um aprendizado pelas diferenças**. 2ª ed. rev. E ampl. -Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

PRETES, E. A; VIANNA, Túlio. **“História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo”**. In: LOBATO, Wolney ; SABINO, Cláudia; ABREU, João Francisco. (org.). Iniciação Científica: destaques 2007, vol. I. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008, pp. 313-392.